

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - método indireto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Associados e Diretores do
Country Club de Maringá
Maringá - PR

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Country Club de Maringá ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Country Club de Maringá em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Ausência de controle individual de bens

O Clube não mantém controle adequado dos bens do ativo imobilizado, registrado na rubrica "Imobilizado", no montante de R\$ 11.558, não havendo identificação dos itens por meio de chapas de controle ou outro dispositivo de identificação individual. Adicionalmente, a Diretoria não avaliou a vida útil econômica estimada de cada componente, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não efetuou o reconhecimento da depreciação e não realizou os procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade (impairment). Em virtude da falta dos controles e demais procedimentos para manutenção do imobilizado e vida útil dos bens para o período findo em 31 de dezembro de 2018, não foi possível assegurarmos a razoabilidade dos saldos de "Imobilizado" registrados no ativo, bem como seus reflexos no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 foram conduzidos sob nossa responsabilidade contendo ressalvas relativo à ausência de controles patrimoniais sobre os saldos de imobilizado.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



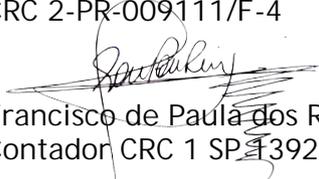
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Londrina, 25 de maio de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2-PR-009111/F-4


Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6 - S - PR

COUNTRY CLUB MARINGÁ

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio social			
	Notas	31/12/2018	31/12/2017		Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.151	1.733	Fornecedores	10	269	331
Contas a receber de clientes		36	39	Outras contas a pagar		-	3
Outras contas a receber		1	21	Obrigações trabalhistas	11	628	596
Adiantamento a fornecedores		16	1	Adiantamento de cliente		104	59
		<u>2.204</u>	<u>1.794</u>			<u>1.001</u>	<u>989</u>
Investimentos		16	14	Patrimônio social	12		
Intangível		5	5	Capital social		11.176	9.540
Imobilizado	9	11.558	10.423	Superavit acumulados		1.606	1.707
		<u>11.579</u>	<u>10.442</u>			<u>12.782</u>	<u>11.247</u>
Total do ativo		<u><u>13.783</u></u>	<u><u>12.236</u></u>	Total do passivo e patrimônio social		<u><u>13.783</u></u>	<u><u>12.236</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COUNTRY CLUB MARINGÁ

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	13	7.621	7.157
(-) Custo das Vendas	14	(4.954)	(4.400)
Lucro bruto		2.667	2.757
Despesas gerais e administrativas	15	(1.949)	(1.812)
Outras receitas operacionais	16	769	611
Resultado antes das despesas financeiras		1.487	1.556
Receitas financeiras		158	183
(-) Despesas financeiras		(39)	(33)
Resultado Financeiro Líquido		119	150
Superávit líquido do exercício		1.606	1.707

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COUNTRY CLUB MARINGÁ

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Superávit líquido do exercício	<u>1.606</u>	<u>1.707</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.606</u></u>	<u><u>1.707</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COUNTRY CLUB MARINGÁ

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Supervit acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.540	776	10.316
Superávit líquido do exercício	-	931	931
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.540	1.707	11.247
Superávit líquido do exercício	-	1.606	1.606
Destinações:			
Incorporação ao Capital Social	1.707	(1.707)	-
Ajuste de exercícios anteriores	(71)	-	(71)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.176	1.606	12.782

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COUNTRY CLUB MARINGÁ

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit do exercício	1.606	1.707
Ajustes para		
Variações em		
Contas a receber de clientes e outros créditos	3	(67)
Outras contas a receber	5	(36)
Fornecedores	(62)	127
Outras contas a pagar	42	(33)
Obrigações trabalhistas	32	296
Caixa oriundo das atividades operacionais	20	287
Fluxo de caixa líquido oriundo das atividades operacionais	20	287
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição ativo imobilizado	(1.135)	(933)
Títulos e valores mobiliários	(2)	(10)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.137)	(943)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ajuste de exercícios anteriores	(71)	(40)
Caixa líquido Aplicado nas atividades de financiamento	(71)	(40)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	418	1.011
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.733	722
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.151	1.733
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	418	1.011

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Country Club de Maringá, é uma sociedade civil fundada em 1º de janeiro de 1958, com duração indeterminada, com Sede e foro em Maringá, Estado do Paraná, na Rua Nilo Peçanha, 151, Zona 04, CEP 87014-240, Maringá, Paraná, sem fins lucrativos, econômicos, políticos ou religiosos, que objetiva promover e estimular entre seus associados, esportes, diversões, recreações sociais, educacionais e afins.

O Clube é composto de cidadãos maiores de idade e capazes, sem distinções de nacionalidade, sexo, cor, convicção política ou crença religiosa e é administrado pela Assembleia Geral, pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3. Base de preparação

a. Base para elaboração das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e a ITG 2002 aplicável a instituições sem fins lucrativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Clube em 25 de maio de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do clube. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Clube e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7. Principais políticas contábeis

O Clube aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento de receita

Mensalidades e outras receitas

A receita operacional é reconhecida quando:

- (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
- (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Entidade;
- (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável;
- (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos;
- (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é medida líquida de descontos comerciais, cancelamentos e impostos sobre as vendas.

As receitas da Entidade são referentes basicamente a mensalidades e outras receitas referente a serviços prestados aos associados.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e as despesas financeiras do Clube compreendem:

- Receita de multas e juros de mensalidade;
- Rendimento de aplicação financeira;
- Despesa Bancária;
- Tarifa de Cobrança;
- Tarifa de Cartão de Débito e Crédito.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Entidade tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Entidade é considerada sem fins lucrativos e não efetua o reconhecimento e recolhimento de Imposto de renda e contribuição social

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos-futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

(iii) Depreciação

A entidade não vem reconhecendo a depreciação dos itens dos itens do ativo imobilizado.

f. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Entidade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Entidade reconhece os empréstimos, os recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Entidade em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou um passivo separado.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e os recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Entidade.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

As quotas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Indicativos de que o devedor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperado de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Entidade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Entidade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não as propriedades para investimentos, os estoques e o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

h. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	3	4
Bancos	1	36
Cheques	9	-
Aplicações financeiras (a)		
Banco Sicredi	2.131	1.597
Banco Itaú	4	93
Caixa Econômica Federal	3	3
	<u>2.151</u>	<u>1.733</u>

(a) As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem risco baixo de crédito, são remunerados em condições e taxas normais de mercado que variam entre 80% a 83% do CDI, e mensurados a valor justos e estão disponíveis para utilização das operações da Entidade, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

9. Imobilizado

a) Movimentação do imobilizado

Rubrica	2017	Adições	2018
Edificações e benfeitorias	6.242	64	6.305
Máquinas, equipamentos e instalações	2.651	114	2.765
Móveis e utensílios	485	20	505
Outros	1	-	1
Veículos	39	-	39
Obras em andamento	1.006	937	1.943
	<u>10.423</u>	<u>1.135</u>	<u>11.558</u>

10. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores nacionais	269	331
	<u>269</u>	<u>331</u>

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

11. Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Salário a pagar	90	87
INSS a recolher	88	80
FGTS a recolher	20	26
Outros encargos sobre a folha	14	15
Provisões	416	388
	<u>628</u>	<u>596</u>

12. Patrimônio social

O patrimônio social incluído no patrimônio líquido é formado pelo capital inicial, pelas mensalidades dos associados, demais serviços prestados e pelos superávits ou déficits acumulados apurados. O superávit do exercício anterior é transferido para a Rubrica "Patrimônio social" e compõe o saldo inicial dessa rubrica no exercício seguinte.

13. Receita operacional líquida

	2018	2017
Mensalidade sócio proprietário	7.061	6.604
Mensalidade sócio proprietário - 13º	525	553
Chamada de capital	35	-
	<u>7.621</u>	<u>7.157</u>

14. Custo das vendas

	2018	2017
Custo funcionários	4.760	4.205
Custo de venda	40	31
Custo com terceiros	-	2
Outros custos	154	162
	<u>4.954</u>	<u>4.400</u>

15. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Água, luz e comunicações	730	640
Despesas com impostos e taxas	207	190
Serviços de terceiro	68	75
Despesas com manutenção	135	182
Despesas com marketing	44	52
Outras despesas	765	673
	<u>1.949</u>	<u>1.812</u>

COUNTRY CLUB DE MARINGÁ

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

16. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2018	2017
Receitas extraordinárias	1.441	1.260
Despesas extraordinárias	(672)	(649)
	<u>769</u>	<u>611</u>